

O ELO ESSENCIAL: COMO A EDUCAÇÃO POPULAR É FUNDAMENTAL PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPELINOS

Daniela Bessoni¹

João Vítor Dantas Alves²

Matheus Fernandes Alves Lopes³

Wanessa Alves⁴

Sumário: 1) Introdução: A Educação Popular e a sua importância; 2) A gênese da resistência: a origem dos movimentos sociais campestres e sua relevância histórica; 3) O elo fundamental: Educação Popular e os Movimentos Sociais Campestres

Resumo:

A Educação Popular se constrói a partir de uma perspectiva freiriana, sob a égide dos pilares da horizontalidade e da emancipação. Nesse sentido, movimentos sociais, como os movimentos sociais campestres, podem—e muito! – se organizar a partir desse aporte metodológico. Até porque movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, buscam alcançar uma verdadeira Democracia. Ou seja, a radicalização da Democracia Burguesa buscando o rompimento com o capital, no sentido de realizar a emancipação dos trabalhadores. Porém, a única forma de leitura de mundo que possibilita a emancipação humana é por meio da Educação Popular calcado na perspectiva de Paulo Freire. Afinal, a Educação está na base não tão somente de como as pessoas ou militantes de um movimento social se relacionam interpessoalmente. Mas, o método de Educação aplicado também reverbera na forma de como um movimento social se organiza e constrói suas pautas na luta cotidiana. Dessa forma, o objeto da pesquisa é expor a relação essencial entre a Educação Popular e os movimentos sociais campestres. O método que será utilizado é o de revisão bibliográfica da temática e o dedutivo, onde haverá a verificação de casos concretos onde a teoria mostrou-se verdadeira na materialidade. Por fim, o objetivo da pesquisa é verificar como a partir da Educação horizontal do povo, pelo povo, para o povo, torna-se fundamental para o movimento social se organizar e, por consequência, conquistar suas pautas de reivindicações, amadurecendo ainda mais a Democracia nacional.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP *campus*- Franca-SP.

² Graduando em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP- *campus* de Franca-SP.

³ Graduando em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP *campus* Franca-SP.

⁴ Graduanda em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP *campus*- Franca-SP

1. Introdução: A Educação Popular e sua importância.

Por meio de suas vivências e através da educação o ser humano forma suas convicções, isso é fato. Além disso, os métodos educativos eles são determinantes na construção ontológica dos sujeitos de direito dentro de um determinado arranjo político do Estado.

Hodiernamente existe a vigência e a preponderância do que se chama “Educação Bancária”. Este tipo de método completamente produtivista está em todos os níveis de ensino, do básico ao superior. Por consequência, a ontologia do sujeito de direito torna-se “sujeito de consumo”.

Ademais, ainda que vivamos —em tese—no Estado Democrático de Direito, atualmente, o modo de produção capitalista se moldou na máscara cruel do neoliberalismo. Este, a todo tempo, tenta persuadir o povo excluído com a ideia de que a emancipação humana, em questões de alma, saúde, psicologia e política, dar-se-á por apenas uma via: a do consumo.

A Constituição Federal funciona no ordenamento jurídico não tão somente como a Lei Maior. Encarar dessa forma seria de um dogmatismo jurídico demasiado. A Constituição da República funciona também como uma Carta Política. Nesta, a Educação foi qualificada como um Direito Social, um dever do Estado, da sociedade e da família.

Esse tipo de norma, como pode ser visto no artigo 6º, *caput*, e no artigo 205, *caput*, ambos da Carta Magna são consideradas normas programáticas, de acordo com a teoria da aplicabilidade das normas constitucionais de José Afonso da Silva. Porém, é fundamental questionar: qual programa de Educação o Estado proporcionará para o seu povo?

Realmente, a Constituição Federal de 1988 possui um caráter progressista. Nela está estabelecido, por exemplo, a função social da propriedade. Entretanto, ela não rompe com o Capital *in abstracto* e nem *in concreto*. Haja vista que a propriedade foi funcionalizada e não socializada.

Nesse sentido, o projeto do Estado Capitalista atual é neoliberal. É o projeto da Educação Bancária, descompromissada com qualquer tipo de crítica, sem nenhum escrúpulo com a realidade concreta do educando e, por fim, que possui o escopo maior de manutenção do *status quo*. O modo de produção capitalista encara até mesmo os direitos sociais como uma mercadoria – abarcando, dessa forma, a educação.

A partir do cenário que foi desenhado é razoável chegar a uma conclusão importante: quando se debate métodos educacionais e seus objetivos não se discute tão somente “educação”. Discute-se, além disso, projeto de poder. Debate-se, então, projeto de nação.

A Educação Popular, pensada em uma perspectiva e metodologia freiriana, é clara e totalmente política. Em seu livro “A importância do ato de ler”, Paulo Freire insere a discussão de quão importante é a alfabetização para entender a “palavramundo”.

Esta última palavra é um conceito cunhado pelo autor. Esta definição consiste na defesa de um projeto de ensino que conecte de forma extremamente íntima o saber e a realidade do educando e do educador. Por conseguinte, aquilo que é ensinado possui aplicação prática, estaria repleto de sensibilidade, o que Carlos Drummond de Andrade chamou de “Sentimento do mundo”.

Para que a “palavramundo” fosse compreendida seria preciso um processo de alfabetização. Este método de assimilação dar-se-ia de forma horizontal, com o objetivo de emancipação, por meio de uma dupla via de troca de conhecimentos. A metodologia freiriana se dá de forma horizontal, justamente pelo fato de que o Educador é completamente igual, em aspectos humanísticos, ao educando.

Sob as lentes do ensino tradicional neoliberal há hierarquização entre professor e o aluno. Teoricamente quanto àquele seria dotado de todo conhecimento acadêmico e de mundo, em uma perspectiva bastante vanguardista, e quanto a este estaria na sala de aula tão somente para absorver e obedecer. É quase uma hierarquização militar.

Diante dessa conjuntura, o educando não é estimulado a pensar e refletir acerca da realidade ao seu redor, compreender os fenômenos naturais e sociais. A Educação Popular quebra profundamente com esse paradigma. Uma das consequências da horizontalidade dentro do processo de assimilação do conhecimento é justamente a dupla via de conhecimento. Ou seja, o educador ele não é encarado como a única fonte de saber. Os educandos também, dessa maneira, ensinam o professor.

Outrossim, na óptica da educação neoliberal as vivências dos oprimidos, dos povos à margem, são completamente ignoradas. São consideradas como vivências inválidas. Por este motivo que o método educativo tradicional não alfabetiza os educandos acerca da “palavramundo”.

Ademais, a Educação Popular almeja clara e limpidamente a emancipação humana. Afinal, esse tipo de método teve gênese particularmente na luta dos oprimidos, no seio da classe trabalhadora. Nessa esteira, a emancipação humana não se dá tão somente por entender, saber observar, compreender fenômenos sociais e naturais. É muito mais do que entender de forma automática fenômenos físico-químicos para um processo seletivo como o vestibular. A emancipação perpassa, também, pela emancipação política, econômica e cultural. Relembrando, inclusive, o debate que Karl Marx realiza no livro “Para questão judaica” sobre os diversos tipos de emancipação possíveis.

A Educação Popular, por via de consequência, possui ontologicamente um caráter contra hegemônico, demasiadamente rebelde e, sobretudo, libertário. Sendo assim, é natural que os militantes da metodologia freiriana sejam muito engajados com a transformação da realidade material.

É imprescindível verificar que a Educação freiriana acaba por ser, subitamente, essencial para compreender a conjuntura do modo de produção capitalista em seu estágio atual e também é relevante para formular possibilidades para derrubá-lo. O método de Paulo Freire não se limita tão somente às práticas educacionais dentro da sala de aula. Pelo contrário, a transformação social ocorre, por diversas vezes, fora do ambiente “aulesco”.

Por essa razão, diversos movimentos sociais aderiram ao método da horizontalidade com o objetivo da emancipação humana. Movimentos como o de Assessorias Jurídicas Populares Universitárias, as Redes de Economia Solidária, os Movimentos Sociais Camponeses e os Urbanos e, até mesmo, Partidos Políticos.

Esse fenômeno ocorre porque a Educação Popular também pode ser entendida de uma forma epistemológica. A epistemologia freiriana, quando trata de debater a matéria de igualdade acaba por ter uma relação bastante íntima com a utopia. Essa relação é interessante, até porque após a queda do muro de Berlim, o advento e consolidação da pós-modernidade, a juventude de luta social, os movimentos sociais organizados e os partidos políticos alinhados a um programa à esquerda, vivem a distopia do sonho do socialismo, de uma sociedade livre, justa e igualitária, como prevê a Constituição Federal da República Federativa do Brasil.

O discurso de humanização do Capitalismo é cada vez mais latente. Isso pode ser verificado em diversas searas das ciências humanas e sociais. Haja vista o processo de constitucionalização das ciências jurídicas. Áreas tradicionalmente que prezavam – e ainda prezam, mas, menos hodiernamente—pelo individualismo, como o Direito Civil, viram-se imersas em um mar de princípios constitucionais como o da dignidade da pessoa humana.

Menos específico da área jurídica e com um debate mais abrangente e inclusivo, até mesmo por conta da exposição midiática, debate sobre a humanização dos presídios está em voga. Mas, a questão que fica é: nesses debates existe recorte de classe, gênero e raça? Em muitos deles, não! Esse é o grande problema. Em diversas discussões das ciências humanas e sociais a pós-modernidade relativiza esses marcadores de diferenciação social. Isso é exacerbadamente temerário.

A prática freiriana torna-se, assim, indispensável. Pois, somente com essa prática os oprimidos têm voz para não somente denunciar as mazelas que o modo de produção aplica, mas, também para propor soluções com relação às mais diversificadas opressões. Isso pode ser visto facilmente por um dos maiores livros que Paulo Freire publicou o “Pedagogia do Oprimido”.

Ainda sobre a epistemologia freiriana é salutar destacar um apontamento série-histórico sobre a temática: a educação popular passou por vários momentos epistemológicos. Na década de 1950 e 1960 houve a grande discussão sobre a questão de conscientização do povo. Já na década de 1970 uma das grandes bandeiras da militância era a defesa da escola pública popular e comunitária, até caminhar para os últimos anos, passando, por exemplo, sobre discussões acerca da “escola cidadã”. Diante disso, vale ressaltar que a discussão sobre a prática da teoria de Paulo Freire ainda possui vários pontos de divergência dentro dos espaços e organizações militantes. Por essa razão que, inclusive, os diversos movimentos e educadores aplicam a Educação Popular de maneiras distintas e, por vezes, até antagonicas.⁵

Ao cabo, tecidas essas considerações, este estudo tem a pretensão de conjuntamente com os conceitos analisados acerca da prática freiriana, verificar a essencialidade da relação entre a Educação Popular e os Movimentos Sociais Camponeses.

⁵<http://www.espacoacademico.com.br/082/82pereira.htm>, acesso às 23:55h, 14/06/2016.

No entanto, não é possível realizar essa ligação sem antes estudar a origem dos movimentos sociais camponeses e deixar muito clara a sua importância no contexto da sociedade brasileira atual.

2. A gênese da resistência: a origem dos movimentos sociais camponeses e sua relevância histórica

Em primeira análise, se faz imprescindível uma leitura histórica: a conjuntura de modernização e aceleração do desenvolvimento econômico possibilita vislumbrar os primeiros passos das organizações e dos movimentos sociais. A década de 50 no Brasil, reflete um período de transição, de mudança de princípio e, até mesmo, de alteração dos meios de capacitação da produção no país. A modificação se dá, justamente, pelo modelo econômico adotado, que fomentou o processo de industrialização nacional a partir da lógica de substituição de importação. A abertura ao capital externo, atrelada a um planejamento estratégico, viabiliza o investimento em obras de infra-estrutura como rodovias, hidrelétricas e, até mesmo, a promoção de indústrias de base e a produção de bens de capitais, essenciais para se pensar numa produção nacional consolidada. Entretanto, é de suma importância correlacionar os significativos avanços nos setores de produção com a demanda social e a própria situação em que a sociedade brasileira da década de 50 estava inserida. A progressão possibilitada estaria presente nos mais diversos setores, visto que é em 50 que surgem os movimentos culturais que se sustentam de acordo com uma nova razão de interpretar o Brasil. Não mais a partir da incorporação dos movimentos culturais da Europa e sim alicerçado na real disposição da comunidade brasileira como um todo.

É perante o contexto exposto que se problematizou os pormenores estabelecidos dentro de todo esse processo de modernização no Brasil. Onde não se pode perder de vista as elevadíssimas taxas de êxodo rural, as grandes taxas de analfabetismo, a exploração do trabalhador e o trabalho escravo. Negar os avanços tecnológicos do Brasil nesse período é irracional, mas salientar as práticas que garantiram esse avanço à frente das enormes discrepâncias sociais é primordial. Propriamente, analisando os fatores que justificam a organização da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho, mais direitos trabalhistas, melhores salários e por mais atenção do Estado.

Descolar o processo de modernização da década de 50 da ideia de exclusão do campo é um equívoco. São fatores que caminham em paralelo, da seguinte maneira: um é responsável pelo outro. A análise de um, independente do outro, gera falácias na compreensão e desembocam numa concepção errônea e distante da realidade. Portanto, a discussão que tem por finalidade a organização dos movimentos sociais não pode ser marginalizada e muito menos esquecida.

Os movimentos sociais se estruturaram no momento histórico em que a organização se fazia necessária e elementar. Se faz vital pois a perda de direitos não é admissível, a ausência da educação, da moradia, do direito à terra não atende à ideia de uma sociedade igualitária. Agrega somente ao montante de sujeitos "despossuídos" de sua fonte de vida básica. Sendo importante ressaltar, os movimentos sociais, sobretudo os camponeses, não lutam só pela terra e o direito de produzir no campo. Lutam por um campo para viver. Tal prisma proporciona a compreensão de sua magnitude e relevância na história do Brasil. Como afirma João Pedro

Stédile, economista e coordenador nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), em 1997, a diretriz do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é por abaixo a cerca do latifúndio e da ignorância. Qual seja, socializar a terra e o conhecimento.

Compreender os fenômenos sociais, implica em assimilar as ebulições civis de maneira que as reivindicações comunitárias sejam uma cobrança por devido à negação de direitos por parte do Estado. A ausência de um planejamento pré-estabelecido basta como estopim para uma justificada organização. Dialogando sob uma ótica democrática, a participação popular incutida na ideia de organizar um setor, visa, sobretudo, organizar uma mesma demanda social. Imagina-se, então, os reais motivos da sistematização de diversas esferas na sociedade brasileira perante o carecimento das mesmas. Não descolando, assim, a percepção de que existem âmbitos requeridos por cada setor e âmbitos de congruência entre os setores.

Os movimentos sindicalistas, os movimentos estudantis e vários outros, organizam-se nas mais variadas escalas, na qual, a área é quem dita ou pressupõe os caminhos e diretrizes estabelecidos por eles. Ou seja, existem pautas que competem a uma classe em específico e reivindicações que competem a uma classe muito maior dentro do corpo social. Ilustrando, o movimento estudantil não encabeça as pautas da precarização do trabalho dentro das metalúrgicas, entretanto, encabeça as pautas que dizem respeito a um grupo maior, por exemplo, a desmilitarização da polícia militar.

A crucialidade deste ponto, representa as razões pelas quais são necessárias tantas organizações e movimentos nos mais distintos ramos e níveis sociais. Recordando o fato que demonstra a complexidade de tais movimentos, visto que, também se reconhecem por movimentos sociais diante de uma perspectiva de continuidade, retratado, em certa medida, de maneira perene. Posto que, uma causa pode mobilizar milhares de pessoas, mas isso não as fazem parte integrante de um movimento social. Na presença dessa afirmação, alcançar a reflexão que nos coloca em um período posterior a década de 50, mormente, a década de 80 e precisamente o ano de 1984, ano de fundação do MST.

Busca-se, portanto, relacionar a relevância histórica dos movimentos populares campesinos de forma que evidenciemos a conquistas e a dimensão correspondente da organização estabelecida. Mas, antes disto, se faz fundamental atinar a conceito de campesinato e entender como o mesmo se constitui. Como afirma Chevitarese⁶, historiador formado pela UFRJ, o campesinato é o um grupo social que se edifica de modo espontâneo e anterior a qualquer sistema de produção. Isto é, já se sustentava muito antes da existência de sociedades organizadas em modos de produção. Desta maneira, atentar ao fato notório que as civilizações que venham a seguir, estabelecidas como sociedades organizadas em modos de produção, sempre buscaram os mecanismos de controle dessa população no campo, fazendo com que a existência deles se tornasse permanentemente uma vivência de luta e resistência contra a exploração.

Participando, desse modo, de toda construção cronológica social: sociedades escravocratas, socialistas e capitalistas. Onde sempre foram grande sinônimos de brio e tenacidade perante a luta que travavam contra a exploração de seu trabalho. Nas sociedades escravocratas conviveram enfrentando senhores dos impérios, contra a escravidão. No

⁶ CHEVITARESE, Andre Leonardo. **O Campesinato na historia**. Rio de Janeiro. Ed. Relume Dumará. 2002

Feudalismo lutou contra a exploração imposta pela nobreza e pela Igreja. No século XVI, em nosso país, não foi diferente, uma vez que diversas tribos indígenas ofereceram tamanha resistência aos colonizadores que acabaram por serem exterminadas.

Busca-se, contudo, adentrarmos na concepção de campesinato para além da conceitual, atrelando à ideia de se alcançar os reais motivos para a organização a nível municipal, estadual, nacional e até internacional. Para isso, compreende-se como substancial citar a Via Campesina, tendo em vista a importância de tal organização a nível internacional quando se fala em defesa do campesinato e da agroindústria. Uma vez que, coordena Movimentos Camponeses, Comunidade Indígenas e Negras e Movimentos de Mulheres Camponesas.

De maneira direta, a Via Campesina defende os direitos dos povos de tomarem suas próprias decisões no que tange as suas políticas agrícolas e de produção. Outrossim, dentro desta grande pauta, luta por questões como: Preservação Ambiental, Igualdade de Gênero, Eliminação de subsídios para exportação, Reforma Agrária entre outras. A Via Campesina surge em 1992, mas sua notada ascensão se dá, de fato, na AGFA (Assembléia Internacional sobre Segurança Alimentar, que ocorre em Quebec (Canadá). Atingindo enorme visibilidade, visto que conquista atenção popular no encontro da OMC (Organização Mundial do Comércio) em 1999 em Seattle. Hoje, pode-se dizer que a Via Campesina é um dos movimentos sociais internacional mais atuante.

Somente agora, a discussão sobre o MST se torna palpável, dado que toda contextualização necessária já se fez presente. Logo, começa-se o debate em meados do ano de 1970, em meio à dificuldade da distribuição das terras no Brasil, juntamente ao período de maior violência do Estado, a Ditadura Militar. Avante de tal prisma, a tática da ocupação da terra é retomada. E em 1979, no Rio Grande do Sul, se estabelece um dos maiores marcos para os movimentos camponeses, a ocupação do Complexo Sarandi. Após a ocupação, pouco tempo depois, em 1981, surge o primeiro acampamento na região do complexo, a Encruzilhada Natalino. Como última etapa desse símbolo de luta e resistência, em 1984, a decisiva parte do Complexo Sarandi foi ocupada, a Fazenda Anonni, reunindo 8.500 famílias, com a relevância de maior ocupação da época. Em função de tal acontecimento, no mesmo ano realiza-se um encontro nacional em Cascavel, organizado pelos trabalhadores rurais protagonistas das ocupações, onde então se decide a criação de um movimento camponês nacional, tendo como objetivos principais: a luta pela terra, reforma agrária e mudanças sociais em âmbito nacional. Nasce, então, o MST.⁷

Sendo assim, a presença do MST toma a proporção e qualidade em tom de necessidade para o Brasil, visto que é somente à partir da organização dos trabalhadores rurais que a luta pelo acesso a terra, pela reforma agrária e por melhores condições sociais em âmbito nacional será possível reverter o quadro. São os trabalhadores do campo que sabem sua real demanda e necessidade quando o assunto tange a produção agrícola e a vida interiorana. São eles quem devem ditar os passos da desvinculação do capital à terra e a produção, dado que qualquer outra opção ou saída será burguesa.

3. O elo fundamental: Educação Popular e os Movimentos Sociais Camponeses

⁷<http://seminariomarx.com.br/eixo08/OS%20MOVIMENTOS%20SOCIAIS%20CAMPESINOS%20NACIONAIS%20E%20A%20GARANTIA%20DOS%20DIREITOS%20DO%20CIDAD%C3%83O%20BRASILEIRO.pdf> Acessado às 22h26, 16/06/16.

Os movimentos sociais, primeiramente, se organizam com uma finalidade, *in abstracto*, comum a todos: a radicalização da Democracia. Essa radicalização perpassa pela quebra do modelo (liberal) burguês até a consolidação de um sistema político realmente controlado pela classe trabalhadora.

Os trabalhadores organizados em um movimento camponês possuem, em regra, o objetivo imediato que é a quebra da cerca do latifúndio. Isto é, buscam uma verídica e profunda reforma agrária. Uma reforma que modifique concretamente a estrutura fundiária no cenário nacional.

Todavia, o aprofundamento e a mudança do *modus* organizativo de um sistema político não é possível se um movimento social adotar tão somente uma bandeira em sua pauta de reivindicações.

Para pautar o *status* das opressões materialmente, os movimentos populares atuam na perspectiva de modificar condições concretas quanto às carências, às exclusões em geral, batalham pelos direitos dos trabalhadores, indígenas, pelos direitos de igualdade de gênero. As relações são baseadas sob um prisma de erradicação do preconceito e a valorização da solidariedade.⁸

As proposições dos mais diversos movimentos são emanadas das múltiplas experiências de sujeitos sociais, de sujeitos históricos. Porque, no final das contas, quem milita pela mudança social, em busca da igualdade real, é pessoa ativa em sua própria história. Relembrando a famosa frase de Rosa Luxemburgo: “quem não se movimenta não sente as correntes que o prendem”.

Por conseguinte, a pedagogia militante possui uma estreitíssima relação com a libertação, com a emancipação. Por isso, a prática freiriana é adotada em diversas mobilizações do povo.⁹

A Educação Popular, por essência, tem um pressuposto: o de agir, pensar, sentir e transformar a realidade em uma óptica utópica, porém que persegue um futuro que se faz nas entranhas do presente. Os movimentos sociais em geral são de massas (de oprimidos e de solidários à luta). Assim sendo, a mobilização deve realizar-se dialogicamente.

Nesse e entre outros aspectos a Educação Popular e os movimentos sociais, camponeses e urbanos, criam um elo fundamental. Pois, tão somente através da epistemologia freiriana há a horizontalidade e a exaltação do diálogo.

A metodologia criada por Paulo Freire é bastante completa pois ela amarra os fatos concretos da vivência dos indivíduos à prática de ensino, de passar ideias e da militância. É natural que a sociedade, de modo geral, tenha diversos preconceitos contra os movimentos dos trabalhadores, afinal a grande mídia, controlada pelos velhos oligarcas é quem produz a opinião publicada. Esta última bombardeia a mente de todos os brasileiros e brasileiras cotidianamente, seja na imprensa publicada no papel ou via telejornal.

Através da Educação Popular é realizada uma análise de conjuntura e de vivência de cada sujeito, sendo possível, assim, dialogar com as pessoas dos diversos meios sociais, sem

⁸<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt06-1780.pdf>, acesso às 22:07, 15/06/2016.

⁹<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/viewFile/20327/12509>, acesso às 22:16, 15/06/2016.

preconceitos. Isso é importante porque as interações interpessoais são potencializadoras da discussão e dos temas que envolvem as mais diversificadas demandas, análises, táticas adotadas e ações do movimento.

Ontologicamente, a metodologia freiriana também é a que faz mais sentido para a organização dos movimentos sociais e, em particular, dos movimentos camponeses.

O campo, historicamente, foi deixado à margem do Brasil. Tanto é assim que os sertões brasileiros e os mais diferentes interiores passaram por muitas tentativas de sujeição por parte das grandes metrópoles. O preconceito vai da seara linguística às práticas sociais. A importância do campo sempre foi bastante relativizada, mesmo sendo a agricultura a responsável pelo *superávit* da balança comercial brasileira e a agricultura familiar ser a origem de setenta por cento dos alimentos consumidos pelos brasileiros.¹⁰ Somente uma prática criada pelos oprimidos consegue lograr êxito e instrumentalizar métodos para as conquistas dos movimentos sociais populares do campo.

Como se vê, existe uma estreita relação entre o movimento social e a educação. Essa interação pode ocorrer de duas maneiras: na interpretação das organizações dos trabalhadores com as instituições de ensino e, em segundo lugar, mas não menos relevante, na autocrítica e pedagogia para as ações do movimento social¹¹.

Como já destacado neste trabalho científico, a Educação não é tão somente um método ou uma prática. Isso diz respeito à seara do estudo metodológico. A Educação diz respeito à formação humana de cada pessoa e, para além disso, influencia diretamente ao modo de ver, sentir e pensar o mundo.

Dessa maneira, é impossível não verificar a intrínseca relação entre a Educação Popular no campo e as conquistas dos movimentos sociais. No âmbito internacional essa ligação é antiga haja vista a ISA (International Sociological Association), a LASA (Latin American Studies Association), a ALAS (Asociación Latinoamericana de Sociología) e etc.

No Brasil essa relação foi constituída de forma mais morosa, principalmente ao longo da década de 1970, quando foram criadas algumas entidades ou foram ativadas algumas outras organizações que já eram existentes outrotá, tais como: a ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), a ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia), entre outras entidades.¹²

Mas, o contato entre Educação e a luta do campo não se dá somente no âmbito da pesquisa acadêmica de graduação e de pós-graduação. Isso é muito positivo, até porque os trabalhadores encontram-se na base da sociedade e esta última encontra-se predominantemente fora das Universidades – principalmente das públicas.

Os movimentos sociais do campo denunciam os graves problemas da educação na área rural e que ainda continuam presentes. Isso se dá porque o processo de modernização do

¹⁰<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>, acesso às 22:35, 15/06/2016.

¹¹<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>, acesso às 22:39, 15/06/2016.

¹²<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf> acesso às 22:54, 15/06/2016.

Brasil foi extremamente conservador, diante disso a educação no campo também foi colocada em segundo plano.

Ainda são atuais as profundas problemáticas como a falta de escolas para atender a totalidade da demanda, a existências de muitos jovens fora da escola, docentes sem a formação necessária e esse fenômeno possui uma explicação simples: a omissão do Estado.

Produto dessa realidade é a alta taxa de analfabetismo entre jovens e adultos camponeses, a taxa de desempenho destes últimos (para os que chegaram até a quarta série do ensino fundamental) é precário/crítico, em avaliações de Língua Portuguesa, em uma porcentagem de 78.8%, segundo os dados do INEP.¹³ Nos anos 2000, entre as pessoas de 15 anos ou mais, no âmbito da população rural brasileira, 29.8% dos participantes da pesquisa eram analfabetos, conforme apontou o Censo Demográfico Nacional. A situação entre os assentados não difere muito: cerca de 61.2% da população assentada não frequenta a escola.¹⁴

Os movimentos da classe trabalhadora fundamentalmente têm, no enfrentamento, um instrumento para mudança social. A leitura deste cenário engendrou a criação de uma Articulação Nacional Por uma Educação no Campo, por parte dos movimentos ligados às causas dos camponeses e da reforma agrária.

Essa articulação era composta de trabalhadores organizados, ONGs (Organizações Não Governamentais), Universidades e representantes de órgãos da Administração Pública. Além da luta pelo acesso à Educação, essa Articulação sistematizou uma proposta de educação que vinha de encontro com as aspirações dos sujeitos da terra, calcada em fundamentos históricos, filosóficos, políticos e pedagógicos que se orientam em um viés claramente socialista, na pedagogia do oprimido de Paulo Freire e na Pedagogia do Movimento.

A partir da década de 1990, os movimentos sociais camponeses intensificam a discussão e a propositura de propostas para discutir e reivindicar do poder público uma política para os povos do campo. Mas, uma política para os camponeses diferente do que havia até então. Isso devido ao fato de que as políticas de ensino nas zonas rurais eram – e ainda são—desesperadamente ligadas ao neoliberalismo e ao projeto conservador. É a mesma política que segregacionista e humilhante que oprime a população da zona rural, que é mais instrumento de exploração, completamente subordinada à acumulação de capital.

Outrossim, uma das reivindicações é de que a educação no campo tenha uma própria identidade. Esse aspecto é notoriamente significativo. O objetivo da luta é de que todos sejam iguais. Porém, a organização das cidades modifica a experiência de vida dos sujeitos sociais. Ou seja, a organização da própria cidade, a participação – ou a falta dela—do Estado, a própria cultura é diferente entre os povos urbanos e os do campo.

Para que a Democracia se concretize de fato é elementar que os desiguais sejam tratados com desigualdade com a finalidade de alcançar a isonomia. É absurdo transmitir um saber, ainda que horizontal, das cidades à população da zona rural. O saber segundo a prática de Paulo Freire não pode ser descolado da realidade. Pelo contrário, a “palavramundo” é conceitualmente o saber intrinsecamente relacionado às experiências dos educandos.

¹³<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt06-1780.pdf> acesso às 23:05h, 15/06/2016.

¹⁴<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt06-1780.pdf> acesso às 23:08h, 15/06/2016.

O elo entre a educação popular e os movimentos sociais camponeses geraram frutos: como o PRONERA (Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária) e a Pedagogia da Terra.

A partir do PRONERA várias universidades vêm realizando cursos de formação de professores para os assentamentos. Os sujeitos que participam deste programa são reconhecidos como parte de uma identidade coletiva, partícipes de um espaço coletivo da Universidade. Dessa forma, a construção pedagógica dos cursos é pensada e organizada pelos sujeitos.

Isso se dá pois os movimentos sociais camponeses, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, prezam muito pelo princípio da gestão democrática do ensino. Isto compreende a participação de professores, representantes do Movimento Social e dos educandos nas escolhas das práticas ensino. Em uma avaliação realizada com os educandos do PRONERA no curso de formação de docentes foi constatada a grande participação dos educandos na organização do curso¹⁵

Uma das características metodológicas utilizadas é a Pedagogia da Alternância. Esta última consiste em dividir o tempo em dois: o tempo escolar e o tempo comunidade. É escancarada a influência de Paulo Freire nessa escolha metodológica. A Pedagogia da Alternância foi selecionada para concomitante ter a experiência acadêmica em sala de aula, teórica, conjuntamente com uma prática “extra- muros”, fora da clausura de uma classe.

Outro fruto importante é a Pedagogia da Terra. Os movimentos sociais do campo partem de uma determinada demanda específica, mas acabam por construir para demandas de cunho social mais abrangente, dessa maneira partem para um processo de democratização como um todo. A Pedagogia da Terra prega exatamente isto. Conceitualmente, ela consiste em uma ação coletiva de acesso ao ensino superior, no qual os sujeitos do campo, a partir de demandas específicas e de também de acordo com as condições particulares da realidade social é proposto que seja construído um processo formativo, apropriando espaços que historicamente os movimentos sociais e os oprimidos são postos à margem.

Ao cabo, é perceptível a ampla ligação e valor da relação entre a prática freiriana e os movimentos sociais camponeses. Como pôde ser visto há vários processos construtivos e que geram frutos. No final, há um enorme resultado: o fortalecimento do povo camponês e dos movimentos sociais. Isso traz como consequência o fortalecimento da luta pela terra, da radicalização da Democracia e o engrandecimento do sonho pela igualdade material entre as pessoas.

Os processos formativos passam desde a criação de programas para o Ensino Superior até criação de entidades. Além disso, não é menos relevante que a Educação Popular também se faz elementar enquanto forma de agir e dever-ser do movimento social quando da prática de sua ideologia. Isto é, por meio da metodologia de Paulo Freire é possível o diálogo, a valorização das mais diversificadas experiências subjetivas dos militantes e a horizontalidade. Portanto, é muito passível de conclusão afirmar: sim, a Educação Popular e os movimentos sociais possuem uma conexão crucial.

¹⁵PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Relatório Geral. Avaliação Externa do Programa.** São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/relatório_final.pdf

4. Bibliografia

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação Popular*. Editora Brasiliense. Brasília, 2006.

CHEVITARESE, Andre Leonardo. *O Campesinato na historia*. Rio de Janeiro. Ed. Relume Dumará. 2002

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2007.

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. *Relatório Geral. Avaliação Externa do Programa*. São Paulo, 2004.